



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA

1 **ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA VINTE DE JANEIRO**
3 **DE DOIS MIL E ONZE.** No vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, às
4 9h, na Sala de Reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no
5 3.º andar do Prédio da Reitoria, Cidade Universitária Profº José da Silveira Netto, na cidade
6 de Belém, capital do Estado do Pará, reuniu-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Carlos
7 Edílson de Almeida Maneschy, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes
8 membros: João Cauby de Almeida Júnior, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de
9 Pessoal; Prof. Mauro Magalhães, representando a Pró-Reitora de Ensino de Graduação; Erick
10 Nelo Pedreira, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Prof. Antônio
11 Carlos Rosário Vallinoto, em substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Edson
12 Ortiz de Matos, Pró-Reitor de Administração; Fernando Arthur de Freitas Neves, Pró-Reitor
13 de Extensão; Celson Henrique Sousa Gomes, Diretor do Instituto de Ciências da Arte;
14 Marcelo Bentes Diniz, Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Júlio César
15 Pieczarka, Diretor do Instituto de Ciências Biológicas; Fátima Cristina da Costa Pessoa, Vice-
16 Diretora do Instituto de Letras e Comunicação; Eliete da Cunha Araújo, Diretora do Instituto
17 de Ciências da Saúde; Adilson Oliveira do Espírito Santo, Vice-Diretor do Instituto de
18 Educação Matemática e Científica; Maria Emília de Lima Tostes, Diretora do Instituto de
19 Tecnologia; Marcelo Nazareno Vallinoto de Souza, Vice-Diretor do Instituto de Estudos
20 Costeiros; Midori Makino, representante docente do Instituto de Geociências; Myriam
21 Crestian Chaves da Cunha, representante docente do Instituto de Letras e Comunicação; Rosa
22 Maria Dias, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde; Maria José de Souza
23 Barbosa, representante docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Tadeu Oliver
24 Gonçalves, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica; Ana
25 Paula Vidal Bastos, representante docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Sergio
26 Cardoso de Moraes, representante docente do Núcleo de Meio Ambiente; Celina Maria
27 Colino Magalhães, representante docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento;
28 Lílian Simone Amorim Brito, Diretora da Escola de Aplicação; Eduardo Leitão, Diretor do
29 Hospital Universitário João de Barros Barreto; Paulo Amorim, Diretor do Hospital
30 Universitário Bettina Ferro de Souza; Eliomar Azevedo do Carmo, Coordenador do *Campus*
31 de Abaetetuba; Rosa Helena Sousa de Oliveira, Coordenadora do *Campus* de Bragança;
32 Gilmar Pereira Silva, Coordenador do *Campus* de Cametá; Álvaro da Costa Nunes Lobo
33 Filho, Coordenador do *Campus* de Capanema; Adriano Sales dos Santos Silva, Coordenador
34 do *Campus* de Castanhal; Leônidas Olegário de Carvalho, representante docente do *Campus*
35 de Castanhal; Hildete Pereira dos Anjos, Coordenadora do *Campus* de Marabá; Juliano Cássio
36 da Silva Conceição, representando a Coordenadora do *Campus* de Soure; Silvia Helena
37 Benchimol Barros, representante docente do *Campus* de Soure; Walter dos Santos Souza,
38 Vice-Coordenador do *Campus* de Tucuruí; Antônio Malaquias Pereira, representante docente
39 do *Campus* de Tucuruí; Ângela Soares de Azevedo, Darciel Bezerra de Oliveira Filho, Maria
40 Zilá Camarão Farias e Thelma Lúcia de Vasconcelos Colares, representantes dos Servidores
41 Técnico-Administrativos; Manoel Fausto Bulcão Cardoso Neto, representante dos Discentes.
42 Como convidados, participaram: Elói Luiz Fávero, Diretor do Centro de Tecnologia da
43 Informação e Comunicação (CTIC) e Sandra de Fátima Rocha Trindade, gerente do Grupo de

44 Trabalho SET (GT-SET). Justificaram a sua ausência, na forma regimental, os seguintes
45 membros: Antônio José de Mattos Neto, Diretor do ICJ; Juarez Antônio Simões Quaresma,
46 Diretor do NMT; Ernani Pinheiro Chaves, representante docente do IFCH; José Nazareno
47 Araújo dos Santos e Maria Iracilda da Cunha Sampaio, representantes docentes do IECOS;
48 Francisco Ribeiro da Costa, representante docente do *Campus* de Marabá; Isabel Lúcia Abreu
49 Florentino, Rafael Oliveira Chaves, Rosimê da Conceição Meguins e Thiago Dias Costa,
50 representantes da ADUFPA. **1. ABERTURA:** O Sr. Presidente saudou a todos os presentes e
51 iniciou a sessão. **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA: 2.1. 2.1 – 2ª Reunião**
52 **Ordinária de 2010.** Com a palavra, o Sr. Presidente dispôs a Ata em discussão. Não havendo
53 destaques, a referida Ata foi aprovada e assinada pelos Conselheiros. **3. LEITURA DO**
54 **EXPEDIENTE.** Não houve. **4. COMUNICAÇÕES.** Solicitando a palavra, o Prof. Mauro
55 Magalhães comunicou que a PROEG encontrava-se com o sistema *online* aberto para
56 recebimento de conceitos acadêmicos, e que o período de matrícula para discentes estaria
57 aberto a partir do dia 07 de fevereiro de 2011. Com a palavra, o Sr. Presidente ressaltou a
58 importância da comunicação feita, indicando em seguida que seja reforçada a cobrança aos
59 docentes, pelos Institutos, quanto ao lançamento dos conceitos em tempo hábil, e que, em
60 caso do não cumprimento desta atribuição, que sejam aplicadas as devidas sanções aos
61 inadimplentes. Ainda com a palavra, solicitou que fosse feito um levantamento imediato,
62 pelas Unidades, dos docentes inadimplentes, para posterior cumprimento das sanções.
63 Solicitando a palavra, a Conselheira Ângela Soares disse que os servidores técnico-
64 administrativos responsáveis pelo lançamento dos conceitos no sistema *online* estavam
65 encontrando, no mesmo, dificuldades técnicas para proceder com tal demanda. Solicitando a
66 palavra, o Conselheiro Marcelo Vallinoto indagou qual o limite de intervenção da
67 Coordenação da Unidade sobre esse aspecto, ao que o Sr. Presidente respondeu que a Unidade
68 pode abrir um Processo Administrativo contra os inadimplentes, para providência pela
69 Administração Superior. Retomando a palavra, o Conselheiro Marcelo Vallinoto ressaltou que
70 as sanções em si não resolvem o assunto, e que o mais adequado seria a discussão minuciosa
71 dos fatos, das datas e dos prazos inerentes a cada Unidade. Solicitando a palavra, o
72 Conselheiro Manoel Peres disse que se fazia necessário observar o tocante às dificuldades
73 técnicas do sistema *online*, e não apenas proceder com a cobrança aos docentes inadimplentes.
74 **5. PROPOSIÇÕES.** Não houve. **6. ORDEM DO DIA. 5.1 – Processo em Fase de**
75 **Apresentação. 1) Processos n. 033163/2010 e n. 001105/2011. Assunto: Proposta de**
76 **Criação do Instituto de Medicina Veterinária. Interessado: *Campus* Universitário de**
77 **Castanhal. Relator: Antônio José de Mattos Neto. 5.2 – Processos em Fase de**
78 **Julgamento. 1) Processo n. 040082/2010. Assunto: Aprovação do Plano de**
79 **Reestruturação do Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUIBB.**
80 **Interessado: HUIBB. Relator: Apolinário Alves Filho. 2) Processo n. 045002/2010.**
81 **Assunto: Aprovação do Regimento do *Campus* Universitário de Capanema. Interessado:**
82 ***Campus* Universitário de Capanema. Relator *Ad Hoc*: Anilton Sodrê Carneiro. 3)**
83 **Processo n. 002381/2010. Assunto: Proposta de Alteração do Regimento do Centro de**
84 **Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC. Interessado: Centro de Tecnologia**
85 **da Informação e Comunicação – CTIC. Relator *Ad Hoc*: Anilton Sodrê Carneiro.** Com a
86 palavra, o Sr. Presidente se reportou aos Processos n. 033163/2010 e n. 001105/2011, que
87 tratam da Proposta de Criação do Instituto de Medicina Veterinária do *Campus* Universitário
88 de Castanhal. Em seguida, a palavra foi concedida ao relator, que procedeu com a leitura do
89 parecer, o qual opinou favoravelmente à criação do Instituto. Após a leitura, o relator solicitou
90 a dispensa de interstício à matéria, o que foi acatado pelos Conselheiros. Com a palavra, o Sr.
91 Presidente dispôs o Parecer em discussão. Solicitando a palavra, o Conselheiro Paulo Amorim
92 disse que o Ministério da Saúde reconhece a Medicina Veterinária como pertence à grande
93 área da saúde, e que é preciso que se visualize com mais clareza esse desatrelamento do
94 referido Curso através de um Instituto, no sentido de que, para a criação do mesmo, faz-se
95 necessária a caracterização do Instituto sob a ótica de uma nova ciência ou de uma ciência

96 específica. Solicitando a palavra, o Conselheiro Adriano Sales disse que o corpo do referido
97 Processo deixou claro que o Curso de Medicina Veterinária vem amadurecendo, ao longo dos
98 últimos 10 anos, no *Campus* Universitário de Castanhal, a partir de constantes discussões
99 entre a Comunidade Acadêmica deste Curso e a Comunidade Acadêmica dos demais Cursos
100 deste *Campus*. Nesse sentido, disse que as partes citadas entraram em consenso de que era o
101 momento de se instituir uma Unidade Acadêmica no âmbito da Medicina Veterinária, decisão
102 pela qual foi favorável o Conselho do *Campus* de Castanhal. Em seguida, disse que, a
103 exemplo do que ocorreu quando da criação do Instituto de Estudos Costeiros do *Campus*
104 Universitário de Bragança, o CONSUN precisa ouvir os atores envolvidos com o Curso de
105 Medicina Veterinária, sobre o modo como pensam essa relação do mesmo, enquanto Instituto,
106 junto à UFPA. Continuando, disse que a relação de uma Unidade que pretende gozar de
107 autonomia, no sentido de adquirir sustentação acadêmica e administrativa, perpassa por uma
108 discussão inicial da realidade de cada *Campus*. Concluindo, disse que a UFPA precisa se
109 adequar a essa nova realidade, tanto ao que se refere ao *Campus* Universitário de Castanhal
110 como aos outros *Campi* do Estado que pretendam constituir Institutos. Em seguida, a palavra
111 foi concedida ao Conselheiro Leônidas Olegário, que esclareceu, referindo-se às questões
112 levantadas anteriormente pelo Conselheiro Paulo Amorim, que, em 2004, o Ministério da
113 Saúde vinculou a Medicina Veterinária à área da saúde, contudo o Ministério da Educação
114 (MEC) ainda a considera como parte integrante da área das ciências agrárias. Nesse sentido,
115 disse que o fato do Município de Castanhal ser um pólo do setor agrário possibilitou a
116 implantação do Curso de Medicina Veterinária no seu *Campus* Universitário da UFPA. Não
117 havendo mais manifestações, o Sr. Presidente dispôs o Parecer em votação, sendo o mesmo
118 aprovado pelos Conselheiros. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou ao
119 Processo n. 040082/2010, referente à Aprovação do Plano de Reestruturação do Hospital
120 Universitário João de Barros Barreto, em fase de julgamento. Em seguida, o Sr. Presidente
121 dispôs a matéria em discussão. Solicitando a palavra, a Conselheira Ângela Soares disse que o
122 referido Processo dá atendimento a um Projeto do Governo Federal, denominado Programa
123 Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). Em seguida, disse
124 que um dos pontos relevantes desse Programa refere-se à ampliação de serviços, posto que em
125 nenhum momento o Plano de Reestruturação do HUIBB dispõe sobre a quantidade de
126 funcionários a ser contratada para dar conta da demanda de serviços. Continuando, disse que
127 o referido Hospital atravessa uma situação delicada, justamente pela constatação da pouca
128 demanda de servidores necessários. Disse, ainda, que o Conselho Gestor do HUIBB não se
129 reuniu para discutir as questões referentes à Reestruturação, e que por esse motivo se faz
130 necessária essa primeira discussão, no âmbito do Hospital, para que apenas posteriormente a
131 matéria seja submetida ao CONSUN. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que eram
132 pertinentes todas as ponderações feitas pela Conselheira Ângela Soares, contudo que a
133 expansão dos serviços do HUIBB, no âmbito da Reestruturação, só se faz necessária se
134 houver pessoal suficiente. Continuando, ressaltou que isso não impede que a Reestruturação
135 seja feita, posto não estar condicionada de maneira indistinta à expansão de pessoal. Em
136 seguida, a palavra foi concedida ao Conselheiro Eduardo Leitão, que disse entender a
137 preocupação da Conselheira Ângela Soares, acrescentando que, no entanto, o Conselho
138 Gestor do HUIBB está sendo cauteloso no que diz respeito à ampliação de serviços, devido à
139 ausência de previsão de concursos públicos para o preenchimento das vagas necessárias.
140 Continuando, disse que é o aumento do número de leitos, o que não vem sendo feito pelo
141 Hospital, que depreende o aumento quantitativo de recursos humanos, e que, por outro lado, a
142 ampliação de cirurgias se faz necessária porque já existe a demanda para especialidades que
143 não estão credenciadas, bem como a existência de profissionais especializados junto ao corpo
144 médico do HUIBB. Disse, ainda, que esses procedimentos não podem ser cobrados na
145 qualidade de alto custo a que se inserem, mas no padrão da cirurgia geral, que por sinal é
146 credenciada. Solicitando a palavra, a Conselheira Ângela Soares, em função da necessidade
147 de uma discussão mais cuidada dos critérios de reestruturação do HUIBB, propôs que a



148 matéria retorne ao Conselho Gestor do mesmo, para que seja tomada a referida providência.
149 Com a palavra, o Sr. Presidente disse que, pelo fato da matéria encontrar-se em fase de
150 julgamento, não havia amparo estatutário para a proposta levantada. Nesse sentido, e não
151 havendo mais manifestações, encaminhou o Parecer para votação, sendo este aprovado pelos
152 Conselheiros. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou ao Processo n.
153 045002/2010, que trata da Aprovação do Regimento do *Campus* Universitário de Capanema.
154 Em seguida, o Sr. Presidente dispôs a matéria em discussão. Solicitando a palavra, a
155 Conselheira Celina Magalhães destacou a página 18 do Regimento, onde constam dois
156 presidentes ao Conselho Deliberativo do *Campus*, o que segundo ela era impropriedade. Em
157 seguida, referente à página 21, no item “DAS COMPETÊNCIAS DA CONGREGAÇÃO”,
158 propôs que se incluísse, em seu Art. 28, o termo “encaminhando às instâncias superiores”.
159 Ainda referindo-se à página 21, solicitou que se retirasse o termo “Escola de Aplicação”,
160 permanecendo apenas o termo “das Faculdades”. Em seguida, a Conselheira Celina
161 Magalhães indagou se o *Campus* Universitário de Capanema possuía Faculdades. Solicitando
162 a palavra, o Conselheiro Álvaro Lobo esclareceu que o referido *Campus* possui duas
163 Faculdades, porém dispõe de cinco Cursos com capacidade para tal, o que está sendo
164 desenvolvido gradativamente. Solicitando a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver disse que fez
165 parte da Comissão que aprovou a criação do *Campus* de Capanema, contudo trazia, então, ao
166 Conselho, suas dúvidas quanto à necessidade de existência deste. Com a palavra, o
167 Conselheiro Juliano Cássio levantou duas questões. A primeira referente à existência de
168 infraestrutura para o fracionamento das coordenadorias deste *Campus* em quatro divisões, e a
169 segunda, reportando-se ao Art. 29 de seu Regimento, sobre a necessidade de ajustes no
170 tocante à distinção entre as categorias, quando das eleições para a Coordenação do *Campus*.
171 Solicitando a palavra, o Conselheiro Álvaro Lobo disse que, atualmente, o *Campus*
172 Universitário de Capanema abrange mais de 14 municípios, portanto tem afinidade com as
173 prerrogativas de responsabilidade social da UFPA. Em seguida, a palavra foi concedida ao
174 Conselheiro Adriano Sales, que disse pensar que o Regimento não deve ser o fato motivador
175 para que o CONSUN repense a política de expansão de suas Unidades. Continuando, disse
176 que, do ponto de vista histórico, este Conselho não foi criterioso ao criar o *Campus*
177 Universitário de Capanema, posto que o projeto que fundamenta a criação de novas Unidades
178 tem que ser um pré-requisito para tanto. Nesse sentido, disse que é preciso refletir sobre um
179 projeto que seja viável para Capanema. Solicitando a palavra, o Conselheiro Sergio Cardoso
180 ressaltou que, geograficamente, o Município de Capanema localiza-se em um entroncamento
181 que compreende um leque de municípios, daí a importância de haver o Campus, e de se
182 planejar a sua consequente estruturação. Com a palavra, a Conselheira Thelma Colares
183 lembrou que, quando das discussões referentes ao Processo de Reestruturação da UFPA,
184 houve um ponto polêmico, referente à nova forma de constituição dos Institutos na UFPA,
185 para posterior discussão do âmbito das Faculdades. Nesse sentido, disse que não foi realizada
186 a reflexão sobre a distinção entre a teoria e a prática desse processo, no que se faz necessária a
187 realização de um estudo das estruturas das Unidades da UFPA. Continuando, disse que, no
188 momento da criação do *Campus* de Capanema, teriam que ser atentadas questões relativas às
189 necessidades estruturais e de diagnóstico, aos recursos financeiros e, finalmente, aos recursos
190 pedagógicos. Solicitando a palavra, o Conselheiro Gilmar Pereira ressaltou que a questão
191 relativa aos *Campi* é fascinante, no sentido de que a UFPA divide-se, historicamente, em dois
192 momentos importantes: antes e depois do processo de interiorização. Em seguida, disse que se
193 a Universidade fosse levar em consideração a observação detalhada de todos os recursos
194 necessários à criação de um *Campus*, não haveria *Campi* no interior. Ainda com a palavra,
195 concluiu reconhecendo que o *Campus* de Capanema possui pendências estruturais, mas que,
196 do ponto de vista social, a sua criação se justifica. Com a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver
197 disse que foi um dos membros participantes do processo que efetivou a interiorização na
198 UFPA, porém reconhece que, atualmente, vivencia-se uma realidade distinta em relação à
199 daquele período. Em seguida, a palavra foi concedida ao Conselheiro Fernando Arthur, que

200 disse que a criação de novos *Campi* na UFPA não seguiu as lógicas de planejamento e gestão.
201 Nesse sentido, disse que se fazia válida a construção de uma metodologia que demarcasse os
202 nortes para a expansão da UFPA, e que, com isso, permita-se que os agentes envolvidos neste
203 processo reivindiquem as suas necessidades. Concluiu dizendo que comunga com a ideia de
204 criação dos *Campi*, para que posteriormente se proceda com uma metodologia de expansão.
205 Em seguida, a palavra foi concedida ao relator, Anilton Sodré Carneiro, que revelou ter ficar
206 satisfeito que todas as angústias vivenciadas por ele na confecção do Parecer tenham sido
207 contempladas nos pronunciamentos dos Senhores Conselheiros. Finalizadas as manifestações,
208 o Sr. Presidente dispôs o Parecer em votação, sendo o mesmo aprovado pelos Conselheiros,
209 com o atendimento dos destaques sugeridos. Dando prosseguimento à reunião, o Sr.
210 Presidente se reportou ao Processo n. 002381/2010, sobre a Proposta de Alteração do
211 Regimento do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC. Em seguida, o
212 Sr. Presidente dispôs a matéria em discussão. Solicitando a palavra, a Conselheira Myriam
213 Crestian destacou o Capítulo I do referido Regimento (DA NATUREZA DO ÓRGÃO),
214 solicitando a alteração deste título para “DA NATUREZA E DAS COMPETÊNCIAS DO
215 ÓRGÃO”, além da alteração de seu número de artigos, de um para dois, onde o primeiro
216 artigo se reporte à Natureza do Órgão e o segundo artigo se reporte às Competências do
217 Órgão. Em seguida, disse que o Capítulo II (DOS PRINCÍPIOS), em vez de dispor sobre os
218 princípios de funcionamento do Órgão, refere-se aos seus objetivos. Nesse sentido, sugeriu
219 que a redação deste Capítulo fosse revista. Na sequência, a palavra foi concedida ao
220 Conselheiro Edson Ortiz, que destacou o Parágrafo 2º do Capítulo III (DO ÓRGÃO
221 COLEGIADO), onde, segundo ele, falta um melhor esclarecimento sobre a gerência da
222 indicação dos representantes das Unidades Acadêmicas, que deve provir dos Diretores dessas
223 Unidades, com anuência do Conselho do CTIC. Ainda com a palavra, destacou o Art. 11, no
224 que deveria haver um melhor esclarecimento na forma de constituição de seus incisos. Em
225 seguida, fez destaque ao Inciso III do Art.21, de redação: “orientar na elaboração, através de
226 análise técnica de minutas de contratos e convênios, para prestação de serviços de TI”, onde
227 precisa ficar claro o que são essas minutas de contrato. Com a palavra, o Senhor Presidente
228 concedeu a palavra ao relator, Anilton Sodré Carneiro, que esclareceu que tanto o Regimento
229 Geral quanto o Estatuto da UFPA não fazem limitação de gerência, em relação à indicação
230 dos dois representantes das Unidades Acadêmicas que devem compor o Conselho do CTIC.
231 Nesse sentido, disse que o Conselho do CTIC é soberano para proceder com as indicações dos
232 referidos representantes. Continuando, referiu-se ao Art. 21, destacado anteriormente pelo
233 Conselheiro Edson Ortiz, esclarecendo que a Assessoria de Orientação Normativa em TI já
234 foi objeto de três apreciações pela Procuradoria-Geral da UFPA, no intuito de averiguar se
235 suas atribuições de orientação jurídica, com relação a contratos e convênios, não
236 confrontavam com as atribuições desta Procuradoria-Geral, o que não foi detectado. Em
237 seguida, a palavra foi concedida ao Sr. Elói Luiz Fávero, Diretor do CTIC, que propôs a
238 inclusão, no Inciso III do Art. 3º, do termo “designados pelas Unidades de origem”.
239 Continuando, disse que a Assessoria de Orientação Normativa em TI é essencial, pois ela é de
240 funcionamento complexo e necessário ao CTIC. Não havendo mais destaques, o Sr.
241 Presidente encaminhou o Parecer para votação pelos Conselheiros, com a devida incorporação
242 das ressalvas levantadas. Após votação, o referido Parecer foi aprovado. 7.
243 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o
244 comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às 10h25min, deu por encerrada a Sessão, da
245 qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho,
246 por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da
247 Administração Superior, e demais presentes.